



Câmara dos Deputados  
Gabinete do Deputado Federal José Medeiros

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2026**  
(Do Sr. José Medeiros)

Apresentação: 30/03/2026 15:50:54.443 - Mes

RIC n.709/2026

Requer informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome acerca da execução do Programa Auxílio Gás, diante de indícios de opacidade, falhas de controle, possível ineficiência na focalização e risco de mau uso de recursos públicos, com potencial necessidade de apuração pelos órgãos de controle.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 50, §2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, sob pena de responsabilidade, as informações detalhadas a seguir:

Tal requerimento se fundamente ao elevado volume de recursos públicos destinados ao Programa Auxílio Gás e a responsabilidade direta do Ministério na gestão e no envio dos recursos para pagamento do benefício.

Fundamenta-se também na ausência de transparência ativa, com dados incompletos, agregados ou de difícil acesso público e os indícios de fragilidade nos mecanismos de controle, com potencial ocorrência de pagamentos indevidos, inconsistências cadastrais e falhas de focalização, bem como ante o



\* C D 2 6 5 2 2 0 6 1 8 2 0 0 \*



risco concreto de utilização ineficiente ou indevida de recursos públicos em política de ampla capilaridade social, insto:

- 1) A disponibilização integral da base de dados de beneficiários do Programa Auxílio Gás em formato aberto e auditável, permitindo a identificação de inconsistências, duplicidades e possíveis irregularidades, resguardados os dados pessoais sensíveis;
- 2) O detalhamento completo da execução orçamentária e financeira do programa, incluindo valores empenhados, liquidados e pagos, com discriminação por exercício, unidade gestora e fonte de financiamento;
- 3) A demonstração objetiva dos critérios de elegibilidade e sua efetiva aplicação, com apresentação de evidências que afastem falhas de focalização ou concessão indevida de benefícios;

Que as informações sejam prestadas de forma objetiva, completa e devidamente fundamentada, não sendo admissíveis respostas genéricas ou meramente descritivas que deixem de enfrentar os pontos centrais da matéria.

## JUSTIFICAÇÃO

O Programa Auxílio Gás, embora relevante e proeminente em seu intuito social, não pode operar sob um manto de baixa transparência e fragilidade de controle.





Câmara dos Deputados  
Gabinete do Deputado Federal José Medeiros

Apresentação: 30/03/2026 15:50:54.443 - Mes

RIC n.709/2026

A ausência de dados claros, detalhados e auditáveis sobre beneficiários, critérios de seleção e execução financeira levantam dúvidas consistentes quanto à eficiência, à focalização e à integridade do programa.

Em políticas públicas de transferência direta de renda, a opacidade informacional constitui fator de risco elevado, podendo favorecer distorções, desperdícios e até irregularidades na aplicação de recursos públicos.

A falta de transparência ativa e a dificuldade de acesso a informações estruturadas comprometem o controle parlamentar e social, impedindo a avaliação adequada dos resultados e da correta destinação dos recursos.

Não se pode admitir que um programa de grande alcance social e impacto fiscal significativo funcione sem mecanismos robustos de rastreabilidade e prestação de contas.

Caso confirmadas as fragilidades apontadas, estar-se-á diante de um cenário que exige não apenas correções administrativas, mas também apuração rigorosa por parte dos órgãos de controle.

Diante disso, o presente requerimento busca não apenas obter informações, mas também assegurar transparência, prevenir irregularidades e viabilizar eventual responsabilização em caso de mau uso de recursos públicos.

**Sala das Sessões,  
Março de 2026.**

**Deputado Federal José Medeiros  
PL/MT**



\* C D 2 6 5 2 2 0 6 1 8 2 0 0 \*